Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

ELEIÇÃO EM ISRAEL

"Fator árabe" entra em cena

Maioria dos eleitores do bloco de oposição apoia coalizão com os partidos da minoria étnica, para tirar do poder o premiê Benjamin Netanyahu. Governistas denunciam "financiamento externo" do Catar

Com praticamente todos os votos apurados (99%), o moderno Estado de Israel se vê diante do resultado eleitoral talvez mais complexo e desafiador em quase 80 anos de história. Embora tenha conquistado a maior bancada, com 53 cadeiras no Knesset (Parlamento), o premiê Benjamin Netanyahu se vê sem caminho para compor a maioria, que exige 61 deputados. Com 48 parlamentares, o bloco de oposição liderado pelo general Gadi Eisenkot pondera sobre a opção aberta de compor uma coalizão com dois partidos que representam a minoria árabe e detêm 19 assentos — o suficiente para sustentar um gabinete. Entre os eleitores do bloco de oposição, 61% favorecem a composição, que, se concluída, marcará uma nova era na política israelense.

A opção de governo aberta pela aritmética das urnas para Eisenkot, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas — e, como o premiê, adversário do estabelecimento de um Estado palestino —, esbarra em dois obstáculos. No âmbito legal, Netanyahu e aliados acusam as legendas árabes de terem recebido ilegalmente financiamento externo, por meio do Catar, e exigem do serviço de inteligência doméstica, o Shin Bet, que investigue as denúncias. No terreno estritamente político, apenas um dos partidos judaicos que disputaram os votos dos israelenses manifestou disposição de incluir as legendas árabes em um governo.

"As eleições no Estado de Israel foram roubadas por partidos árabes que apoiam o terrorismo e a aniquilação do Estado judeu", afirmou o partido de Netanyahu, o Likud, no X, em uma publicação que o primeiro-ministro também compartilhou. Eisenkot, de sua parte, acusa o premiê de ter "iniciado uma campanha coordenada e organizada para deslegitimar os resultados" da eleição e adiar o início das atividades do próximo Parlamento.

Para o líder do bloco de oposição, o dilema apresentado é romper com um tabu não escrito: os partidos árabes são admitidos no processo eleitoral, mas as legendas judaicas e sionistas rejeitam qualquer composição com eles para governar. Uma pesquisa da Universidade Hebraica, no entanto, indicou que 61% dos que votaram no bloco opositor — que inclui o ultranacionalista Yisrael Beiteinu (Israel Nosso LAR) — aprovam um acordo com a Lista Unificada e o Raam, as duas legendas árabes que obtiveram seu melhor resultado na história eleitoral israelense.

O impasse político, que pode provocar a convocação de novas eleições, em última instância, coincide com uma encruzilhada no desafio da guerra iniciada há oito meses contra o Irã, em parceria com os Estados Unidos. Netanyahu chegou a apresentar ao presidente Donald Trump planos para a retomada da ofensiva militar contra a República Islâmica, após meses de relativa trégua, mas esbarrou na resistência do aliado, que enfrenta as urnas na eleição legislativa da próxima terça-feira e corre o risco de ficar em minoria em ambas as casas do Congresso.

"Islamização"

Durante a campanha, Netanyahu atacou sem cessar as legendas árabes e apresentou-as como "ameaça à sobrevivência" do país enquanto Estado judaico. Para o Likud, esse caso representa um "atentado contra a democracia" destinado a "islamizar Israel e derrubar o governo de direita, além de provocar uma retirada e uma derrota do Exército em todas as frentes, começando pelo Irã".

O ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir, figura-chave da extrema-direita no governo em final de mandato, exigiu que fossem imediatamente presos os líderes dos partidos árabes "suspeitos de terem recebido dinheiro do Catar". No dia da votação, o premiê havia acusado o Raam após a detenção de três homens com envelopes cheios de dinheiro perto de uma seção eleitoral. No entanto, as autoridades descartaram que tivesse ocorrido qualquer fraude em larga escala.

Jack Guez/AFP



Manifestantes diante da casa do líder da oposição, Gadi Eisenkot, em defesa de coalizão com os árabes

61%
Porcentagem dos eleitores do bloco de oposição que apoiam um governo de coalizão incluindo os partidos que representam os árabes israelenses

Eisenkot, de sua parte, declarou que as autoridades têm o dever de investigar "toda denúncia", mas advertiu que não se deveria "instrumentalizar" a situação para atrasar a entrada em funcionamento do novo Parlamento. Ele respondia ao Likud, partido de Netanyahu, que disse estar "claro que nenhum partido sionista pode ser autorizado a cooperar com o Raam ou com a Lista Unificada", pois isso "colocaria Israel em perigo".

Consultas

Assim que a apuração dos votos estiver oficialmente concluída, o presidente deverá manter consultas com os líderes de todos os partidos e coligações para decidir qual deles indicará, inicialmente, para que tente formar um governo com maioria segura no Knesset. O processo pode se estender por semanas, e, caso não tenha sucesso, terá como alternativa convocar novas eleições.

Herzog exaltou a participação de 77,7% dos eleitores na votação, a taxa de comparecimento mais elevada em duas décadas. Em nome dela, chamou os líderes políticos à responsabilidade de responder aos votantes encontrando uma solução política para o impasse. "É uma honra para nossa sociedade ver o quanto é profundo o seu desejo de que Israel permaneça como uma democracia", afirmou. "Temos de fazer tudo ao nosso alcance para evitar uma nova eleição, portanto espero que todos se apresentem com a mente aberta para que encontremos uma solução."

VENEZUELA

María Corina questiona acordo petrolífero

» RODRIGO CRAVEIRO

Quatro dias depois de retornar à Venezuela, María Corina Machado — líder da oposição do país e Nobel da Paz — colocou em xeque a transparência do acordo petrolífero pactuado entre o governo interino de Delcy Rodríguez e a Casa Branca. Pelas tratativas assinadas entre Caracas e Washington, os norte-americanos passam a controlar 65 milhões de barris das reservas de petróleo na Venezuela, quantidade correspondente a um quinto do total. "Este acordo não reflete os níveis de transparência que a sociedade venezuelana deseja", declarou Corina, que regressou ao seu país depois de 10 meses no exílio. Durante a entrevista coletiva na Universidad Católica Andrés Bello, em Caracas, Machado assegurou também que a "transição democrática é irreversível".

Para José Vicente Carrasquero Aumaitre, cientista político da Universidad Simón Bolívar (em Caracas), María Corina tem um "problema" com Alejandro Betancourt, dono da empresa North American Blue Energy Partners (Nabel) e operador do acordo petrolífero. "María Corina afirmou que estava disposta a respeitar a legalidade do que foi acordado. Continuo pensando que a objeção da Nobel da Paz é, necessariamente, com essa pessoa", admitiu ao **Correio**. "Quando chegar o momento, veremos o que ela poderá fazer a respeito. Mas há muitas coisas em andamento e muitas que ocorrerão antes que María Corina chegue ao poder. O que ela não pode é criar expectativa de que chegará desmantelando aquilo que a comunidade internacional tem aguardado."

Aumaitre ressaltou que, durante a entrevista coletiva de ontem, ficou clara a disposição de María Corina Machado de permanecer em acordo ou na mesma linha de Trump no manejo da situação venezuelana. "Nesse sentido, não vejo uma retaliação dos Estados Unidos contra a opositora. Creio que, em poucos dias, Donald Trump aprendeu a importância de contar com María Corina para o que vier pela frente na Venezuela."

Negócios obscuros
O acordo petrolífero firmado pelo governo de Donald Trump e pelo regime interino de Delcy Rodríguez é operado pela empresa North American Blue Energy Partners (Nabep), liderada por Alejandro Betancourt. O empresário foi acusado de supostos negócios pouco transparentes durante os governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-2026). "Esta pessoa em particular está sendo investigada por processos e crimes muito graves em diversos países do mundo", disse María Corina Machado, líder opositora e Nobel da Paz.

Agradecimento

María Corina Machado aproveitou para agradecer a Trump por "abrir a comporta da liberdade" na Venezuela. "Quero agradecer ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao governo dos Estados Unidos e ao secretário de Estado, Marco Rubio, porque, graças à sua visão, à sua coragem e à sua ação em 3 de janeiro, essa comporta para a liberdade foi aberta", declarou Machado. "Na Venezuela, haverá memória, justiça e reparação. Sobretudo, não haverá repetição. Nunca, jamais, um venezuelano sofrerá com o terrorismo de Estado."

Segundo a Nobel da Paz, "a transição democrática é irreversível e será organizada e pacífica". Ela disse esperar que as eleições presidenciais ocorram em 2027, mas não especificou o mês. "Os prazos ficaram mais claros. O secretário de Estado, Marco Rubio, apresentou uma sequência de acontecimentos para avançar rumo a uma transição democrática, deixando clara a realização de eleições presidenciais em 2027", comentou Machado, ao sublinhar que "a data da eleição é a data da libertação da Venezuela".

Por sua vez, Delcy Rodríguez assegurou a realização do pleito. "Muitos se perguntam sobre o calendário eleitoral. Já disse: haverá eleições, todas as previstas em nossa Constituição, organizadas por uma autoridade eleitoral renovada e com o mundo como testemunha", disse a presidente interina.

Federico Parra/AFP



María Corina Machado, líder da oposição e Nobel da Paz: de volta

ESPANHA

Oscar Del Pozo/AFP



Peritos analisam vagões destruídos, a 150km de Madri

Tragédia ainda sem respostas

Em luto nacional depois da colisão de dois trens de alta velocidade, na quarta-feira, a Espanha continuava em estado de choque, ontem. Por enquanto, as auroridades não têm explicações para a segunda grande tragédia ferroviária no país em menos de um ano. Até o fechamento desta edição, o número de mortos prosseguia em 69, de acordo com a Comissão de Investigação de Acidentes Ferroviários do Ministério dos Transportes espanhol. Outras 50 pessoas continuam internadas em diferentes hospitais, 15 delas em estado clínico gravíssimo.

Na manhã de quarta-feira, um trem de alta velocidade da companhia estatal Renfe, que tinha partido de Madri com destino a Sevilha, atingiu a traseira de outra composição, da empresa Iryo, que estava parada na via, a 150km ao sul da capital.

Enquanto peritos vasculhavam destroços entre os vagões das duas locomotivas, familiares dos passageiros lidavam com o desespero, abrigados na Casa Diocesana de Toledo, a cerca de 70km do local do acidente, em busca de notícias. "Vou ficar até encontrarem meu irmão", afirmou à agência France-Presse (AFP) Manuel San Emeterio, que procura Pepe, de 54 anos, passageiro de um dos trens acidentados. "A incerteza é o mais difícil de suportar (...). Mas acho que há algo que a contrabalança, que é a esperança."

Investigação

Um dia depois do acidente, os serviços de emergência, auxiliados por dois enormes guindastes brancos e cães da Guarda Civil, continuavam procurando vítimas entre a massa de ferros retorcidos em que vários vagões se transformaram após a colisão ocorrida no município de Urda, no centro do país.

"Evidentemente, há uma investigação em andamento. Essa investigação deve determinar como e por que aconteceu esta catástrofe. Terão que ser estudadas medidas a serem adotadas para que isso não volte a acontecer", declarou o rei da Espanha, Felipe VI, depois visitar os feridos, em um hospital de Toledo.

Os corpos da maioria dos mortos chegavam ao necrotério da cidade, que não tem capacidade para tantos cadáveres. Por isso, a Unidade Militar de Emergências (UME) precisou montar um anexo improvisado em um terreno vazio, onde foram instaladas tendas e câmaras frigoríficas vermelhas para conservar os corpos, enquanto 25 médicos legistas trabalham nas identificações.

O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, reiterou o compromisso de determinar as causas da colisão. "Trabalhamos dia e noite, não apenas para dar uma resposta aos familiares das vítimas, mas também para esclarecer até o último detalhe desta tragédia e reforçar a segurança, para que isto não volte a acontecer", afirmou. Ontem, foi anunciado que o nome de Fátima Báñez, ministra do Trabalho entre 2011 e 2018, figura na lista de mortos.